

A mulher negra na TV e no telejornalismo gaúcho: percepções sobre gênero, raça e profissão

The Black Woman on TV and telejournalism gaúcho: perceptions on gender, race and profession

Carlos Sanchotene*

Mariana Pedrozo**

Rosana Cabral Zucolo***

Resumo: O artigo analisa as percepções sobre gênero, raça e profissão por jornalistas negras que atuam no telejornalismo gaúcho. Busca-se compreender como essas profissionais percebem temas como igualdade de gênero, mercado de trabalho, representação, preconceito e igualdade étnica na televisão e no telejornalismo. Foram identificadas três jornalistas que serviram como fontes: Fernanda Carvalho e Clarissa Lima, da *TVE* e Julieta Amaral, da *RBS TV*. A partir de uma entrevista estruturada, as entrevistadas responderam questões que contemplavam diversos temas e a análise foi dividida em dois eixos: profissão e gênero e profissão e raça negra. Conclui-se que as profissionais ainda precisam ganhar mais visibilidade e reconhecimento.

Palavras-chave: Telejornalismo. Mulher. Raça negra.

Abstract: The article analyzes the perceptions about gender, race and profession by black journalists who work in the Rio Grande do Sul television journalism. It seeks to understand how these professionals perceive issues such as gender equality, labor market, representation, prejudice and ethnic equality on TV and telejournalism. Three journalists who served as sources were identified: Fernanda Carvalho and Clarissa Lima, from *TVE* and Julieta Amaral, from *RBS TV*. From a structured interview, the interviewees answered questions that included different topics and the analysis was divided into two axes: profession and gender and profession and black race. It is concluded that the professionals still need to gain more visibility and recognition.

Keywords: Telejournalism. Woman. Black race.

Recebido em: 09/05/2017. Aceito em: 14/08/2017

*Pós-doutor em Comunicação (UFSC). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Mestre em Ciências da Comunicação (UNISINOS). Email: carlos_sanchotene@yahoo.com.br

** Graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano. Email: maripedrozo1@hotmail.com

*** Professora do Centro Universitário Franciscano. Doutora em Ciências da Comunicação (UNISINOS). Email: rosana.zucolo@gmail.com

Introdução

Com o passar dos anos, a mulher se inseriu cada vez mais no mercado trabalho ocupando cargos predominantemente dominados por homens. Dados da pesquisa “Perfil do jornalista brasileiro”¹, coordenada pelo Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (TMT/UFSC), a respeito do perfil do profissional brasileiro (2012), revelam que as mulheres são a maioria nas redações: cerca de 64%. Dentro dessa porcentagem, se destacam mulheres brancas, solteiras e com até 30 anos. A pesquisa ainda revela que os brancos compõem 72% das redações, enquanto de cor preta 5%, parda 18%, amarelo 2%, e indígena 1%.

Para Silva (1996), o Brasil usou do trabalho escravo e não ofereceu condições dignas de sobrevivência para os negros, por isso, a desigualdade social é tão grande. “Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo negro, é não se reconhecer. A característica relacionada à mulher negra de pobreza intensifica a condição de inferioridade em relação às demais” (SILVA, 1996, p.32).

Para as mulheres negras que conquistam cargos importantes no mercado de trabalho, de alguma forma, tem sido necessário comprovar suas competências. Mas em serviços domésticos, por exemplo, o caso muda. Para cargos que não representam prestígio, elas têm livre acesso, ocupando posições menos qualificadas e recebendo os salários mais baixos.

Quando falamos em desigualdade social, as taxas do Brasil são altas. Na educação, por exemplo, a diferença de mulheres brancas e negras alfabetizadas é grande. Enquanto 90% das mulheres brancas são alfabetizadas, o número de negras na mesma condição cai significativamente. São cerca de 76%. No mercado de trabalho, o número é mais alarmante. Para ter uma ideia, o salário de duas mulheres negras corresponde ao valor salarial de uma mulher branca. Ou seja, a separação racial sempre existiu, e o negro, desde que chegou ao Brasil, sofreu com a escravidão e com o preconceito existente até hoje. No jornalismo, isso não foi diferente, principalmente

no contexto televisivo. Assistindo os principais telejornais transmitidos pela TV aberta no Rio Grande do Sul, no início de 2015, sinalizamos a ausência de mulheres negras.

É diante desse contexto, portanto, que buscamos analisar as percepções sobre gênero, raça e profissão por jornalistas negras que atuam no telejornalismo gaúcho. Para tanto, realizamos um mapeamento para identificar onde estão as profissionais da área.

Desse modo, consideramos relevante e instigante a tentativa de localizar e compreender algumas questões que são atreladas à mulher negra jornalista e questionamos: Como são percebidas as questões de gênero, raça e profissão por jornalistas negras que atuam no telejornalismo gaúcho? De modo a responder o problema proposto, estabelecemos os seguintes objetivos: identificar e realizar uma entrevista estruturada com mulheres negras gaúchas que trabalham com telejornalismo; compreender como essas profissionais percebem temas como igualdade de gênero, mercado de trabalho, representação, preconceito e igualdade étnica.

Com essa preocupação e objetivos em mente, o artigo está dividido em eixos teóricos que contemplam questões como relações entre gêneros, mulher negra e inserção feminina no jornalismo. Também explicamos a chegada do negro no Brasil e questões como representação, estereótipo e estratégia de branqueamento na televisão e no telejornalismo.

Em seguida, apresentamos as etapas metodológicas, deixando clara a natureza qualitativa da pesquisa. A partir de alguns contatos, identificamos três jornalistas que serviram como fontes para essa pesquisa: Fernanda Carvalho e Clarissa Lima, da TVE – Porto Alegre; e Julieta Amaral, da RBS TV – Rio Grande. Para as entrevistadas foi elaborado um questionário contemplando 21 questões. As perguntas versaram sobre diversos temas e a análise foi dividida em dois eixos: profissão e gênero, e profissão e raça negra. Por fim, apresentamos a análise interpretativa dos dados e as considerações finais.

A mulher e a mulher negra no jornalismo

A partir das lutas femininas, a mulher conquistou o direito de votar, de frequentar universidades, participar de competições esportivas e

¹ Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

trabalhar sem ter a autorização do marido. No jornalismo, isso não foi diferente e, no final do século XIX, ela começa a se inserir na imprensa brasileira. Segundo Alexandrino (2011), foi a partir da inclusão da mulher na imprensa que as redações viram uma forma de divulgar as conquistas realizadas por elas e, assim, conseguir fugir do estereótipo de dona de casa e mãe.

No início, as mulheres faziam parte das coberturas de assuntos como educação, filhos, família, e editoriais como o esporte, economia e política ficava a cargo dos homens. Alexandrino (id) afirma que a inserção da mulher no jornalismo era vista como mão-de-obra barata, pois seu talento não era reconhecido pela imprensa na época. “A imprensa escrita abriu espaço para ideias femininas com a propagação dos periódicos femininos a visão de dona de casa, esposa, mãe e mulher submissa ao marido começavam a ser modificadas” (ALEXANDRINO, id, p.33).

Conforme este autor (id), a inclusão da mulher no jornalismo no final do século XIX e início do século XX foram determinantes para que conseguissem conquistar não somente seus direitos, mas também outras parcelas da sociedade que sofriam com o estigma de inferioridade por parte de uma sociedade preconceituosa. Foi nesta época, quando as mulheres tiveram grandes papéis dentro de guerras e lutas por uma sociedade mais justa, que elas começaram a ser mais valorizadas. A década de 1970 foi marcada pela ascensão no mercado de trabalho jornalístico quando a luta por uma sociedade igualitária começava a mostrar os primeiros resultados. Durante os anos de 1970 houve uma mudança. Após adquirem maior nível de escolaridade, tanto as profissionais como as que estão na sociedade de modo geral, começaram a se interessar em assuntos que antes não havia interesse.

A maioria destas conquistas ocorreu a partir da criação de leis como o Art. 242, de 1932, que prevê que a mulher tem o direito de frequentar escolas e universidades. O direito ao voto, por exemplo, foi autorizado também em 1932, quando Getúlio Vargas assinou o decreto. Em 1951, a Organização Internacional do Trabalho aprovou a igualdade de remuneração entre homens e mulheres. Nos anos 1960, foi a vez do Estatuto da Mulher ser sancionado. Nele, a mulher adquiriu o direito de trabalhar sem a autorização

do marido, receber herança e também requerer a guarda de seus filhos.

Depois do direito ao voto, foi a vez de ocuparem uma das vagas do Senado brasileiro. Eunice Michilles, do Partido Social Democrático (PSD) do Amazonas, em 1979, se torna a primeira mulher a exercer o cargo de Senadora. Nos anos 80 foi criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no Rio de Janeiro (CEDIM) após reivindicações dos movimentos feministas. Uma das leis mais esperadas pela mulher brasileira, foi sancionada em 2006, a lei nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Mas um dos aspectos que ainda precisa ser modificado refere-se a igualdade salarial. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2007, a mulher terá equiparação salarial com o homem somente após 87 anos.

Para a mulher negra isso é bem mais complicado. Vários fatores contribuíram como a discriminação sofrida desde que os primeiros negros chegaram ao Brasil. A situação da mulher negra é resultado da realidade vivida desde os tempos de escravidão. Hoje, ainda existem muitas diferenças salariais, por exemplo, quando falamos em brancos e negros no mercado de trabalho. Pesquisas realizadas pelo Ministério do Trabalho (MTE), em 2012, por exemplo, mostram que ao longo dos últimos dez anos, as mulheres negras ainda apresentam o menor nível de escolaridade, ocupam o menor número de cargos de chefia em empresas e possuem os menores salários do país. O número de mulheres que conseguiram romper a barreira da discriminação ainda é pequeno.

Na comunicação, a mulher conseguiu seu espaço ao longo do tempo. “A maioria destas jornalistas, na época, também enfrentou o preconceito dentro e fora das redações, já que, o jornalismo era uma profissão exclusiva dos homens” (CASADEI, 2011, p.2). A participação feminina no jornalismo toma força nos anos de 1970, quando as profissionais ganham seus primeiros cargos de chefia na área. Maria Lucia Fragata, Cecília Prada e Carmem Silva, são alguns dos exemplos de jornalistas da época. Segundo dados publicados no livro “*Mulheres jornalistas – A grande invasão*”, de Regina Helena de Paiva Ramos, nos anos de 1940, 15 mulheres participavam das redações jornalísticas. Em 1950, esse número aumenta para 30.

Conforme Ormaneze (2013), a imprensa que dedicou seu espaço as mulheres, antigamente poderia ser chamada de “femininos” e não “feministas”. O autor adverte que esta palavra tem um teor político e ideológico muito grande por conta das diversas reivindicações por condições de igualdade. “(...) a imprensa feminina é aquela dirigida e pensada para mulheres. A feminista, embora se dirija ao mesmo público, se distingue pelo fato de defender causas” (ORMANEZE, 2013, p.2).

Segundo o autor, o que chamamos de imprensa feminista só começa a surgir a partir da Revolução Francesa, com a chegada da revista *L'Athénée des Dames*, escrita somente por mulheres. No Brasil, o espaço para a mulher surge no Rio de Janeiro, em 1832, com a chegada do *Jornal das Senhoras*, e Joana Paulo Manso de Noronha se torna a primeira mulher a dirigir um jornal no Brasil. No veículo era possível ver publicações de artigos de moda, literatura, artes e política. O *Jornal das Senhoras* foi publicado até 1855.

Depois de tantas lutas para se inserir no mercado de trabalho jornalístico a mulher representa, hoje, a maioria nas redações. Conforme citado inicialmente, a Federação Nacional dos jornalistas (FENAJ) publicou uma pesquisa em 2013 que mostra a expansão da presença feminina na profissão. Segundo os dados há 64% de mulheres trabalhando na área. Mesmo com sua inserção mais significativa, os homens ainda predominam no cargo de chefia. Essa porcentagem ainda mostra que as mulheres brancas, solteiras, e com até 30 anos, são as que se destacam na profissão. A pesquisa também revela que os brancos compõem 72% das redações, enquanto de cor preta 5%, parda 18%, amarelo 2%, e indígena 1%. Esses dados alarmantes revelam que mesmo com as oportunidades criadas no decorrer dos anos para a inserção de pardos e negros nas redações, pouco se avançou.

Os movimentos sociais podem ser citados como um dos fatores que ajudaram na redução da desigualdade no Brasil. O trabalho de muitos grupos, como por exemplo, movimentos feministas e movimento negro, são essenciais num país onde o preconceito e a discriminação são recorrentes.

Os movimentos sociais há anos debatem e lutam pela inserção de negros, mulheres e

indígenas dentro dos meios de comunicação. Apesar disso, a imprensa ainda apresenta estereótipos. Assim, as mulheres negras e indígenas ainda são as que mais sofrem com a discriminação na mídia nacional. Conforme Basthi (2011), no guia elaborado para jornalistas sobre gênero, raça e etnia, as mulheres negras e indígenas convivem com a negação cultural de sua etnia e, em decorrência disso, sofrem diariamente danos emocionais.

A luta das mulheres pela inserção de uma representação feminina isenta de estereótipos, pela adoção de uma linguagem de gênero não discriminatória e pelo reconhecimento da participação das mulheres em vários setores da sociedade não alcançará a sua plenitude sem o combate às práticas e mecanismos de exclusão racistas e etnocêntricas presentes na mídia em relação às mulheres negras e indígenas, sobretudo (BASTHI, 2011, p.18).

O mercado de trabalho jornalístico, principalmente o televisivo, apresenta um tratamento de gênero e etnia distorcido das mulheres negras, sendo elas expostas cotidianamente a discriminação moral e sexual pelo fato de serem mulheres. Nas redações, hoje, as mulheres são a maioria, mas ainda são poucas que conseguem desempenhar um papel de chefia, por exemplo. Quando pensamos nas mulheres negras, a situação é ainda pior.

No caso das mulheres negras, a dupla discriminação (racismo e sexismo) faz com que o grupo ocupe os piores postos e ganhe os menores salários – independentemente do grau de escolaridade. Estudos já comprovaram que o salário médio de uma trabalhadora negra é a metade do da trabalhadora branca. Pesquisas também apontam que a trabalhadora negra se insere mais cedo no mercado de trabalho e é a última a sair, sempre ocupando cargos de nível hierárquico inferior, com salários menores e, em muitos casos, no setor informal da economia e sem acesso aos devidos direitos. (BASTHI, 2011, p.22).

A ausência de negras nas redações pode ser considerada como um retrato do preconceito e discriminação existente no Brasil, além da presença de estereótipos na televisão nacional.

Representação negra

Para Lourenço (2013), a representação do negro está inteiramente ligada ao seu passado. Sua história deixa claro o contexto de desigualdade enfrentado desde a escravidão: estigmatizados como seres inferiores, subalternos, sem capacidades de ensino e aprendizagem.

Ser negro no Brasil é carregar junto de si uma identidade racial e, além disso, um posicionamento político (LOURENÇO, 2013). A constituição brasileira afirma que todos são iguais e possuem os mesmos direitos, independente da cor da pele, crença, e condição financeira. No caso dos negros, isso não ocorre, já que foram forçados a acreditar que teriam as mesmas oportunidades de ascensão que os brancos, o que não foi verdade. “Sem ajuda do governo e da classe dominante, a população negra teve que promover, com esforço próprio, sua educação, primeira barreira a ser vencida rumo à equiparação socioeconômica” (RIBEIRO, 2004, p.21).

Não há como dizer que as oportunidades são iguais para todos se no Brasil os negros vivem, em média, seis anos menos que os brancos, recebem menos da metade de seus salários e, de cada mil crianças negras nascidas vivas, 76,1 morrem antes de completar 5 anos de idade, 30,4 a mais que as crianças brancas. Não há como afirmar que existe igualdade em um país onde dos cerca de 45% de afrodescendentes (negros e pardos), 69% desta população é pobre e a taxa de pobreza entre os negros é quase 50% maior que entre os brancos (RIBEIRO, 2004, p.22).

A partir dos dados mostrados acima é possível perceber que a representação do negro no Brasil ainda está ligada à inferioridade, menos acesso a serviço de qualidade nas áreas de saúde e educação, além de criminalidade, licenciabilidade e outros atributos negativos considerados inerentes às pessoas de ascendência africana. Para a autora, o racismo e a discriminação não existem entre si, mas são apoiados na representação social, construída a partir da convivência dentro de um grupo e da relação social.

Quando pensamos sobre a miscigenação nas Américas, Brasil e Estados Unidos são os países com o maior número da sociedade multirracial. Se analisarmos as questões de emprego, expectativas de vida, taxas de fertilidade entre

outros fatores, vemos que os dois países se diferenciam pouco em relação à desigualdade racial.

Segundo Araújo (2004), o negro brasileiro é categorizado de duas formas. O censo oficial usa a categoria “preto” para aquele que predominantemente tem a pele de cor escura. A segunda categoria seriam os “pardos”, ou seja, aqueles que têm em seu DNA uma mistura de etnias, como por exemplo, branco e negro.

O negro sempre teve uma participação mínima nos programas da televisão brasileira no seu início. Para Araújo (id), hoje, no país, não encontramos pessoas negras com um olhar mais crítico sobre os programas apresentados na telinha. “A maioria dos afro-brasileiros está tão familiarizado com a ordem estabelecida pela produção simbólica das redes de tevê, marcada por referências eurocêntricas, como todos os outros segmentos étnicos/raciais do país” (ARAÚJO, 2004, p.65).

Uma comprovação deste fato - de acordo com o autor - são os programas apresentados na década de 1980, pela *TV Globo*, pelas apresentadoras infantis Xuxa e Angélica. Os programas apresentavam uma perspectiva cultural marcada pela ênfase na estética branca. Essas conotações acabavam refletindo futuramente numa sociedade com desigualdade racial.

Parece-nos, portanto, que a resistência cultural e política da população negra brasileira ainda não conseguiu produzir na televisão, em quantidade significativa, imagens e programas que revelem os seus valores e experiências do seu próprio grupo (ARAÚJO, 2004, p. 66).

A não existência da representação da identidade negra na televisão também pode ser observada em peças publicitárias, o que gera algumas discussões desde a década anterior. Pesquisa feita por Hasenbalg (1982) *apud* Araújo (id), nos anos 1980, verificou a presença de apenas 3% de negros em comerciais de televisão no Brasil, constatando a estratégia de branqueamento do negro na televisão brasileira. Outra pesquisa de Subervi-Velez e Oliveira (1991) *apud* Araújo (id) traz um levantamento de 1500 comerciais, no ar durante 59 horas da programação do horário nobre nas três maiores redes de TV dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os dados mostraram que os negros apareciam em

39 comerciais e em papéis secundários, sendo nove com falas, e em quatro comerciais apresentavam papéis principais, sendo um sobre a abolição da escravatura.

O que podemos observar é a televisão sendo mais um meio para a política da invisibilidade, desigualdade e discriminação no Brasil. De acordo com o autor, somente no final dos anos 90 é que a mídia em geral começou a despir do preconceito. Em 1997, uma família negra tornou-se protagonista de um comercial de uma grande empresa de chocolate, a Lacta. Desse modo, a família do senhor Natalino F. Coelho pode ser vista em rede nacional².

O movimento negro teve grande importância para que os avanços acontecessem depois de alguns anos. Por meio da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do Código Brasileiro de Telecomunicações, na lei, mas precisamente no artigo 53, ficou constituída a coibição da prática do racismo nos meios de comunicação, prevenindo também punição e cassação de alvará de funcionamento da empresa.

Araújo (2004) comenta uma pesquisa realizada por ele entre maio e agosto de 1994, sobre a identidade e estratégias de comunicação televisiva. O trabalho foi feito com líderes de organizações não governamentais e de grupos culturais, a partir de um questionário, em capitais com mais ausência de negros, sendo elas Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A pesquisa revelou a preocupação dos participantes do trabalho em fazer críticas contra a forma de como o afrodescendente é abordado nos meios de comunicação. Alguns dos pontos tratados foram: a representação através de estereótipos negativos, que reafirmam o imaginário construído no período escravocrata. Um exemplo é o negro em papel de serviços em telenovelas. E ainda: a invisibilidade da ação positiva dos negros; a cultura negra vista como folclore, e não como parte da cultura popular brasileira e das preferências do povo brasileiro; o negro como elemento de diversão do branco; e a apresentação do negro como pobre e favelado, conforme observado nos telejornais (ARAÚJO, id.).

² Em 1997, a empresa de chocolate Lacta coloca no ar o primeiro comercial protagonizado por uma família negra de classe média no Brasil, a família do senhor Natalino. O comercial foi elaborado para a páscoa do mesmo ano.

Com a inserção da lei como linha de apoio contra o racismo - e para que o negro tivesse uma maior visibilidade na televisão - começou uma certa influência em relação ao que seria veiculado pelas emissoras. Ainda recorrendo a Araújo (id), desde o final dos anos 1990, as lideranças sociais e de operadores de direito lutam para o término do racismo, não somente como violência, mas também como bloqueio e privação do acesso a bens e serviços, usando a lei do consumidor e colocando o racismo como um dano moral.

Com o passar dos anos as iniciativas para a inclusão do negro dos meios de comunicação se manteve. Com a presença de vários parlamentares negros do legislativo brasileiro fizeram com que a Constituição mudasse em 1988. Uma Constituição Estadual da Bahia, por exemplo, garantiu a presença de negros em propagandas do governo estadual. Em 1995, a senadora Benedita da Silva apresentou o Projeto de Lei nº 10, que prevê a inclusão de negros nas produções de filmes, novelas e peças publicitárias. O Projeto de Lei gerou algumas discussões, pois abordava a existência de 40% de negros em comerciais do governo, novelas e minisséries. No mesmo ano, a vereadora do Rio de Janeiro, Jurema Batista, conseguiu aprovação na Câmara Municipal do Projeto de Lei que permite 40% da população negra em campanhas do município.

No ano seguinte, três deputados negros criaram o Projeto de Lei nº 2.419, que defende a proporcionalidade da representação de negros na publicidade. E em 1998, o deputado federal Paulo Paim reafirmou o Projeto de Lei da senadora Benedita da Silva. O artigo 3º do Projeto de Lei apresenta a obrigatoriedade das emissoras de televisão mostrar imagens de negros em 25% do número total de atores e figurantes de uma novela ou minissérie. E as peças publicitárias com 40% de figurantes e atores.

Estereótipo e estratégia de branqueamento

Para Scott (2013) *apud* Dias (2014), os apresentadores e repórteres de televisão constituem a moldura de um telejornal, sendo a boa aparência um elemento importante.

É através da imagem (corpo, rosto, cabelo) que se atinge a confiança nos telejornais. [...] as comunicadoras de televisão necessitam ter simetria e um porte físico magro e elegante,

uma vez que esse é o estereótipo que a sociedade caracteriza como desejável, mesmo que seja notável que, em outra época da história, no século XIX, as mulheres mais gordas foram o padrão de beleza (DIAS, 2014, p. 42).

Segundo a autora, a beleza das apresentadoras e repórteres é um trunfo para atrair e cativar o telespectador. Essa relação pode ser chamada de *relação espetacular*, sendo o corpo uma das ligações principais para que o elo aconteça. Se o “corpo não for o certo”, a relação fica prejudicada, o corpo se torna uma mercadoria, podendo haver uma troca caso o estranhamento aconteça.

Dado o exposto, percebe-se que esses padrões exigidos fazem parte de uma seleção e, somente, os corpos aptos serão escolhidos. Sendo assim, os selecionados servirão como exemplo a ser seguido pelo público. Essas características físicas exigidas, mesmo que passem despercebidas pelo espectador, mas que de forma inconsciente possam causar associações são denominadas estereótipos (DIAS, 2014, p.43).

Conforme Moroni e Oliveira Filha (2008) *apud* Dias (2014), o termo estereótipo pode ser definido como padrões pré-determinados pela sociedade a uma pessoa ou grupo. Os autores ainda destacam que esse termo é resultado de um processo cultural, que resulta em ideias e entendimentos equivocados, causando assim, julgamentos. Dias (id) ressalta que no caso do negro, os estereótipos podem ser classificados como xingamentos e comparações com macaco, uma pessoa feia e suja, que pode ser oriunda dos anos de escravidão.

Para Diniz (2000), o estereótipo mantém relação estreita com o conceito de estigma, que, originalmente, designa ferimento, cicatriz. Seus derivados, “estigmatizar”, “estigmatização”, têm o sentido de censurar, condenar, aviltar o nome, a reputação de alguém. No sentido usual, significa prejudicar, ou fazer um julgamento prematuro de alguém; julgar pela aparência. “Embora seu caráter disfórico, a estigmatização é um processo comum tanto nas relações interpessoais quanto sociais e ocorre sempre que o individual passa a caracterizar o coletivo” (DINIZ, id, p.139). Segundo a autora, dessa forma ocorrem as generalizações estigmatizadas. Ela explica que o discurso televisivo, por exemplo, utiliza imagens

que revalidam valores “inquestionáveis” do senso comum: o estereótipo da mãe perfeita, da mulher chique ou sensual, do jovem “autêntico”, sobretudo na publicidade. “O estereótipo da beleza feminina, cujo modismo de época é a silhueta *top model* ou da boneca *Barbie*, representa a preocupação de muitas mulheres que se obrigam a regimes constantes e cirurgias corretivas com consequência muitas vezes nefastas” (ibid, grifo nosso).

Sobre a presença da mulher negra no mercado de trabalho jornalístico percebemos que a estratégia de branqueamento é uma das justificativas de grande parte da sociedade que usa essa ideologia como forma de apagar a herança do negro no Brasil. É consenso afirmar que mesmo depois do fim da escravidão, a situação do negro no Brasil evoluiu, mas não o suficiente para conseguir uma igualdade diante das outras etnias.

Passado mais de cem anos do início do movimento eugenista, negros e índios continuam vivendo as mesmas compulsões desagregadoras de uma auto-imagem depreciativa, gerada por uma identidade racial negativa e reforçada pela indústria cultural brasileira (ARAÚJO, 2004, p.25).

A estratégia de branqueamento é considerada por Barbosa (2002) como um dos tópicos fundamentais das políticas racistas existentes hoje. Uma parte da comunidade negra concorda com esse discurso que, segundo o autor, renuncia a sobreviver enquanto comunidade e acaba constituindo um lar de miscigenação. A identidade negra é um dos fatores, os jovens negros negam as suas origens e cultura.

Um grande número de jovens negros (as) não se identifica com seus pais e avós. Para tais jovens, “preservar a raça” não vale a pena, “porque a raça não vale nada”. Os jovens acusam as jovens de não gostarem de negros, porque desejam “limpar a raça”. No entanto, as jovens, quanto inquiridas, dizem que os rapazes negros é que gostam de “brancas”, querendo, portanto, “limpar o sangue” (BARBOSA, 2002, p.63).

Para Barbosa, a estratégia de branqueamento é um mito, pois irá resultar numa sociedade heterogenia como nos primeiros anos do Brasil. O autor ainda afirma que o mito do Brasil Mulato serve para prever um lugar no futuro para

a população negra e parda onde haverá igual social.

A identidade cultural brasileira foi construída em base de uma luta política por uma uniformização cultural, no qual, negros e índios sempre tiveram a sua cultura e identidade negada. A televisão pode ser considerada como uma das ferramentas que colaboraram para reconhecimento do valor no negro na sociedade, sobretudo, a partir dos anos 50. Araújo (2004) constata que a partir de sua inserção nas telenovelas e filmes, o negro brasileiro pôde se auto conhecer, aumentando, assim, o número de reconhecimento de identidade entre os afrodescendentes. O mesmo ocorre com sua inserção em instituições do poder executivo, judiciário e legislativo; o crescimento de ONGs que colaboram com a visibilidade dos negros na imprensa; maior espaço disponibilizado pela mídia para discussão de questões dos movimentos; inserção de negros em sindicatos e partidos políticos e o sucesso de uma revista voltada para a população negra: a *Raça Brasil*.

Atualmente, conseguimos verificar que essa estratégia de branqueamento está num processo de mudança, a partir da inserção de negros nas telenovelas, minisséries e como apresentadores e repórteres de telejornal. Um exemplo dessa mudança ocorreu em 1996, quando a antiga *Rede Manchete* levou ao ar a primeira telenovela brasileira a ser protagonizada por uma atriz negra. A atriz Taís Araújo deu vida à personagem Xica da Silva, título da novela. Com esse papel, a atriz ganhou grande destaque nacional, se tornando um dos rostos nos quais a publicidade da época mais investiu. E quando falamos em representação negra nas telenovelas, a Taís Araújo é um dos nomes mais conhecidos. Em 2004, na *Rede Globo*, a atriz interpretou a primeira protagonista negra em uma telenovela da emissora, em *Da cor do Pecado*. E, em 2010, deu vida a Helena, em *Viver a Vida*, primeira telenovela do horário nobre que trouxe uma afrodescendente no papel principal. Também podemos citar Camila Pitanga. Segundo Winch & Escobar (2012), ela é uma das atrizes que mais interpretou protagonistas em novelas da *Rede Globo* e, assim como Taís Araújo, a publicidade adotou-a em diversas campanhas publicitárias.

No jornalismo, a representação negra mais conhecida é a jornalista da *Rede Globo*, Glória Maria. Entre os diversos programas pelos quais

passou, estão: *Jornal Hoje*, *Jornal Nacional*, *Fantástico* e, hoje, *Globo Repórter*. A jornalista está na emissora carioca desde 1970.

Atualmente, conseguimos ver uma inserção maior de jornalistas negros (as) no telejornalismo brasileiro como Maria Júlia Coutinho no *Jornal Nacional*. A jornalista ocupa uma posição inédita para uma mulher negra. Em 2013, passou a apresentar a previsão do tempo, inicialmente cobrindo a licença maternidade de Eliana Marques no *Bom Dia SP*, *Bom Dia Brasil* e *Globo Rural*. O sucesso da jornalista foi tanto que acabou sendo titular do cargo, e apresentou a previsão do tempo do *Jornal Hoje* e *Bom dia Brasil*. Com a reformulação do *Jornal Nacional*, em abril de 2015, foi deslocada para a apresentação fixa da *Previsão do Tempo*. Outros nomes que merecem destaque são Zileide Silva, da *Rede Globo*, e Joyce Ribeiro, do *SBT*.

Entre os homens podemos citar Heraldo Pereira, apresentador do *Jornal Nacional*. O jornalista trabalha na emissora desde 1985, quando passou a fazer reportagens para o *Jornal Nacional*. Pereira participou de coberturas como a promulgação da Constituição de 1988, as eleições presidenciais de 1989, além do processo de impeachment de Collor.

Com a presença desses profissionais na mídia percebemos que houve mudanças significativas no processo de inserção de negros na televisão brasileira, mas ainda há muito que ser mudado para que a igualdade entre as etnias, pelo menos na TV, consiga ser percebida.

Percepções sobre gênero, raça e profissão

Alguns procedimentos específicos foram realizados para dar conta dos objetivos propostos. Nesta pesquisa, o método de trabalho escolhido foi a abordagem qualitativa (DUARTE, 2005). Primeiramente, se empreendeu o esforço de um mapeamento dos lugares onde profissionais negras atuam junto às emissoras de TV no Rio Grande do Sul. Primeiramente realizamos uma observação dos telejornais da televisão aberta. Para isso, consideramos *RBS TV*, *SBT*, *Rede Record* e *Bandeirantes*. Na *RBS TV* foram observados os telejornais: *Bom Dia Rio Grande*, *Jornal do Almoço* e *RBS Notícias*; já no *SBT* foi verificado o único telejornal produzido no estado, o *SBT Manhã Rio Grande do Sul*; na *Rede Record*:

Rio Grande no Ar, e na Bandeirantes: Jornal da Band RS. A verificação foi feita no decorrer da programação local das emissoras, durante uma semana. Nessa primeira observação, foi verificado que essas emissoras não apresentavam nenhuma jornalista negra como apresentadoras e nem como repórteres dos telejornais. Desse modo, questionamos onde estão estas profissionais? Qual o espaço dado a elas? E, quais as dificuldades que elas enfrentam ou enfrentaram para trabalhar na área?

Após, contatamos alguns profissionais³. Em seguida, entramos em contato com o Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Jornalistas Afro-brasileiros do Brasil e o Movimento Negro do Rio Grande do Sul. Sátira Machado, doutora em Comunicação e integrante do Sindicato dos Jornalistas Afro-brasileiros do Brasil, indicou duas participantes do Sindicato dos Jornalistas Negros do Rio Grande do Sul: Vera Daisy e Jeanice Ramos. Por meio desse contato, tivemos conhecimento de duas profissionais que atuam na TVE: Fernanda Carvalho⁴, apresentadora do *Programa Nação*, e Clarissa Lima⁵, repórter. Com a jornalista Vera Daisy obtivemos o e-mail e perfil no *Facebook* da jornalista e apresentadora da *RBS TV* de Rio Grande, Julieta Amaral⁶. Desse modo, chegamos ao conhecimento de três profissionais negras que atuam no telejornalismo gaúcho.

³ O primeiro contato foi realizado com Andréia Fontana, editora-chefe do jornal *Diário de Santa Maria*, que disponibilizou o e-mail de dois profissionais da imprensa: Cezar Freitas, diretor dos telejornais da RBS TV e Fernando Ramos, fotógrafo do jornal *Diário de Santa Maria*. Enviamos um e-mail para esses dois profissionais no dia e somente Fernando Ramos respondeu.

⁴ Fernanda, 34 anos, solteira, natural de Porto Alegre-RS. Concluiu a faculdade de jornalismo em 2007, no Centro de Ensino Unificado de Brasília (UNICEUB). Seu primeiro contato com a televisão ocorreu na capital federal quando fez seleção para a *Rádio Bras* onde ficou até o final da faculdade. Fernanda está há três anos na TVE e, desde 2014, apresenta o *Programa Nação*, voltado para as questões da negritude.

⁵ Clarissa, 39 anos, solteira, natural de Porto Alegre –RS. Formada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), há 14 anos. Ela iniciou sua carreira como estagiária na TVE. Depois de formada, trabalhou na *RBS TV*, no setor de produção. Atualmente, é concursada da TVE.

⁶ Julieta, 53 anos, casada. formada há 29 anos pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Trabalha na *RBS TV*, de Rio Grande, há 28 anos, onde exerce a função de coordenadora da emissora e âncora do telejornal.

A partir daí, entramos em contato via *Facebook* com as profissionais. Obtivemos resposta de Fernanda Carvalho e Clarissa Lima. Com Julieta Amaral, o retorno da mensagem aconteceu via e-mail. A partir desse contato marcamos um encontro pessoal com Fernanda Carvalho, no dia 1º de abril de 2015, na Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre. No mesmo dia também encontramos com Clarissa Lima, na sede da TVE. Com ambas as jornalistas, realizamos uma entrevista focalizada (GIL, 1999) para conhecer o trabalho de cada uma, suas trajetórias, dificuldades e barreiras enfrentadas no mercado de trabalho.

Já com Julieta Amaral, o contato foi realizado apenas por e-mail. Após essa primeira sondagem, o próximo passo constituiu na elaboração de uma entrevista estruturada. Este tipo de entrevista baseia-se na utilização de um questionário como instrumento de coleta de informações o que garante que a mesma pergunta será feita da mesma forma a todas as pessoas que forem pesquisadas. Gil (1999, p. 121) explica que “a entrevista [...] desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados”.

Dessa forma, o questionário foi elaborado com 21 questões, sendo algumas de caráter objetivo e outras de caráter subjetivo. As perguntas foram enviadas por e-mail, no dia 27 de abril de 2015. As questões foram pensadas com o intuito de contemplar as questões relativas a gênero, raça e profissão. Optamos por trabalhar a análise dos dados em duas seções: uma relativa à relação entre Profissão e gênero, e outra referente à relação Profissão e raça negra. Importante salientar que a divulgação das entrevistas foi autorizada pelas entrevistadas.

Profissão e gênero

Primeiramente buscamos compreender os motivos que as levaram a escolher o jornalismo como profissão. As jornalistas responderam que o interesse surgiu a partir de gostos específicos, como por exemplo, a leitura e a escrita.

Eu digo para as pessoas que eu nasci jornalista, eu era uma criança que brincava com microfone. Eu lembro que teve uma vez que eu escrevi uma redação e a professora cha-

mou meu pai na escola para dizer para ele não ficar me ajudando a fazer redação, que era para eu fazer sozinha. A faculdade de jornalismo eu fui fazer para testar se era isso mesmo que eu queria, e eu me apaixonei (FERNANDA CARVALHO, entrevista, 2015).

Eu sempre gostei dessa questão de interlocução com as pessoas, e claro que a comunicação te facilita em várias coisas. Eu lembro que no colégio eu fiz um jornalzinho. Eu escolhi o jornalismo não foi por uma questão ideológica, tipo para denunciar a pobreza do mundo ou para denunciar o racismo, eu escolhi o jornalismo por ser um lugar onde eu pudesse falar (CLARISSA LIMA, entrevista, 2015).

Eu tinha fascínio pela notícia. A opção veio aos 18 anos. Foi minha primeira opção no vestibular, estar perto da informação, do novo, da descoberta da possibilidade de contar várias histórias, de influenciar nas histórias da cidade, de cada pessoa (JULIETA AMARAL, entrevista, 2015).

Em seguida, questionamos se a TV reflete a sociedade atual.

Hoje, nós temos negros no ensino superior, juízes, e uma família toda numa classe média, mas a TV reflete o contrário, ela não dá o contraponto. Se a gente mostrar o contraponto, esse lado ruim vai ser como uma denúncia. Eu queria ver numa novela o contrário, o outro lado, não mostrando o estereótipo (FERNANDA CARVALHO, entrevista, 2015).

A TV aberta, por exemplo, reflete aquilo que as pessoas querem ver, que é gente bonita, rica, feliz, branca, e muito estereótipo do negro, pobre, mas que é bom, da branca bonita que é má, quando caráter não tem nada a ver com cor e realidade social. Mas eu acho que a TV mostra aquilo que a nossa fantasia e imaginário sonha. Mas a reflexão, eu ainda acho que as TVs públicas estão à frente das TVs abertas nesse quesito, pelo fato de não ter uma dívida com seus anunciantes (CLARISSA LIMA, entrevista, 2015).

A TV descobre personagens, conta grandes histórias, relatam as dificuldades, os grandes exemplos, as atitudes de relevância que podem contribuir para a comunidade. Hoje, o jornalismo tem um novo perfil, o principal foco são as pessoas. Retratar a sociedade como um todo é difícil, mas as pessoas conseguem se encontrar entre os personagens que a TV

apresenta hoje (JULIETA AMARAL, entrevista, 2015).

A partir das respostas podemos constatar que elas divergem em alguns aspectos. Uma questão é o fato da TV, aberta, refletir aquilo que grande parte da sociedade quer ver. Duas entrevistadas acreditam que sim, e uma acredita que não. No caso das TVs privadas, isso não acontece. Mas podemos salientar nas respostas, o fato de que a TV impõe padrões de beleza e estereótipos sobre o que é belo ou não. Fica claro, assim, que as profissionais percebem o negro retratado como um ser inferior diante das outras etnias. Fato esse, explicado por Ribeiro (2004) ao citar que as oportunidades para os negros (as) não são as mesmas que as dos brancos.

Como forma de observarmos a oportunidade que é dada para as profissionais negras nas emissoras gaúchas de televisão, perguntamos se elas já haviam trabalhado em outras emissoras. As respostas foram as seguintes:

Sim, só na TVE, as outras oportunidades que eu tive foi de estágio, e eu fiz em rádio não em TV (FERNANDA CARVALHO, entrevista, 2015).

Eu trabalhei na TV Web da Prefeitura de Porto Alegre, e agora na TVE (CLARISSA LIMA, entrevista, 2015).

Eu sou uma jornalista que começou em jornais impressos passei pelo rádio no mesmo período e, fui selecionada para a televisão. São 28 anos de RBS TV Rio Grande. Nunca passei por outra seleção para TV. Antes da RBS TV trabalhei como correspondente do jornal Correio do Povo de Porto Alegre (JULIETA AMARAL, entrevista, 2015).

Em relação ao processo de seleção para conseguir as vagas nas atuais emissoras em que atuam, Clarissa conta que participou de um concurso, já que a TVE é uma emissora pública que realiza triagem para contratação de novos profissionais. Nesse concurso são estabelecidos direitos como salário, baseado no piso estadual dos jornalistas, além de horas de trabalho. Fernanda relata que não participou de seleção, e conseguiu a vaga para apresentar um programa na emissora a partir de um blog sobre negritude que escrevia. Através do blog ficou conhecida no Movimento Negro do Rio Grande do Sul, no qual também estava a diretora do atual programa que

apresenta. E assim, foi convidada a trabalhar. Julieta também foi convidada para trabalhar como repórter da emissora, devido ao trabalho realizado em jornais impressos da cidade onde trabalha.

Ao questionarmos sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, principalmente no jornalismo, identificamos que as percepções das entrevistadas corroboram com dados revelados pelo levantamento bibliográfico. Ficou claro que esse processo aconteceu gradativamente e, através de preconceitos (CASA DEI, 2011).

Acho que para algumas áreas ainda é mais difícil para nós, sim. Dentro da TV, diante da tela até não vejo tanto isso porque é comum vermos mulheres como âncoras, repórteres e apresentadoras, mas ainda vejo muito preconceito nos cargos de chefia. (FERNANDA CARVALHO, entrevista, 2015).

Considero que isso deveria ser assunto do passado, mas as estatísticas provam o contrário. No meu ponto de vista as mulheres estão disputando esse mercado e condições iguais aos homens, mostrando conhecimento, capacitação e qualificação (JULIETA AMARAL, entrevista, 2015).

Também questionamos sobre um ponto fundamental: quais as barreiras que as mulheres enfrentam no mercado e trabalho e que ações podem ser feitas para mudar essa situação? Para Fernanda, mesmo as mulheres que não possuem marido e filhos enfrentam esse preconceito. A jornalista, que é solteira e mora sozinha, percebe que esse é um dos motivos que levam os chefes a acreditar que elas teriam dia disponível para trabalhar, já que não teriam preocupações externas. No caso dos homens, isso não é observado.

E quem disse que também não tenho outras responsabilidades só porque não tenho filhos? E para as casadas e com filhos também é complicado porque as vejo fazendo jornadas duplas, triplas, enquanto a maioria dos homens acaba tendo apenas que buscar o filho no colégio, e olhe lá. Acho que a mudança vai levar muito tempo e tem que vir de base, temos que desconstruir isso de “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”. Essa desconstrução vai levar tempo, mas acho que esse é o caminho para igualar as oportunidades e, depois disso, os salários (FERNANDA CARVALHO, entrevista, 2015).

A mulher que planeja constituir uma família, que planeja ter um filho ainda é trocada por um homem que não teria o mesmo comprometimento, pensam algumas empresas. Em um país machista ainda há o entendimento de que o homem está mais capacitado (JULIETA AMARAL, entrevista, 2015).

Procuramos compreender, ainda, a visão delas a respeito da atuação feminina no telejornalismo. As respostas se equivaleram e elas destacaram a inserção das mulheres no jornalismo esportivo, editoria que antes era ocupada pelos homens. Para elas, o jornalismo é considerado uma das profissões mais igualitárias nos dias atuais. Percepção essa, corroborada a partir da pesquisa “Perfil do jornalista brasileiro”, já mencionada anteriormente. Mas a igualdade entre homens e mulheres ganha um obstáculo em relação a cargos de chefia.

No jornalismo acho que algumas barreiras já foram quebradas. Mas, se observarmos os editores-chefe, diretores e demais cargos de chefia, esses ainda são dominados por homens. Por isso acredito que a coisa venha da base. Com o ganho do espaço nessas áreas, entre tantas outras, naturalmente teremos mais mulheres nas direções daqui um tempo (FERNANDA CARVALHO, entrevista, 2015).

Hoje, as grandes redações estão divididas entre homens e mulheres. Um grande exemplo é o esporte. Um campo que era só dos homens, hoje, têm mulheres também como grandes estrelas, mas vale acrescentar que ainda precisamos de narradoras esportivas. Na TV, homens e mulheres dividem bancadas, os melhores comentaristas econômicos, hoje, são mulheres” (JULIETA AMARAL, entrevista, 2015).

Encerrando o item sobre profissão e gênero, questionamos se as jornalistas acreditam em uma igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e o que ainda precisa ser feito para que esse patamar seja atingido. As percepções são divergentes. Duas acreditam que não há igualdade. Já Julieta Amaral, considera que sim, principalmente pelo fato do Brasil já ter sido comandado por uma mulher, ou seja, uma grande conquista na igualdade entre os gêneros. Para Fernanda, a igualdade será atingida por meio da educação, só assim serão desfeitos os pré-conceitos impostos pela sociedade. Julieta

acredita que a tomada de iniciativa é fundamental para a igualdade, pois as oportunidades que são dadas para homens e mulheres são as mesmas, no entanto, necessitam se impor.

Profissão e raça negra

As consultas bibliográficas mostraram que o negro é representado na televisão como um ser inferior as demais etnias. Encontrar negros atuando como motoristas, empregadas domésticas ou babás, são comuns nas telenovelas brasileiras. No jornalismo, isso não é diferente, e a inserção do negro como jornalista em bancada e como repórter aconteceu gradativamente. A seguir, apresentamos as visões das jornalistas sobre a representação do negro na televisão.

Eu acho que a mídia hoje em dia, estereotipa muito. Eu acho isso muito complicado porque, às vezes, isso se confunde com o espaço. Tem gente que diz: ah, que legal, temos quatro artistas negros na novela? Mas daí eu questiono: Eles estão fazendo o quê? Se eles estão ali reforçando o preconceito, eu não acho legal, então era melhor que não tivesse nenhum. (FERNANDA CARVALHO, entrevista, 2015).

O profissional precisa ser definido pela qualificação, pela competência, disposição, comprometimento. Quando comecei a trabalhar algumas pessoas achavam que contratar um negro poderia ser uma grande sacada, uma novidade para dizer: olha, eu não tenho preconceito não. Na TV, o período que teve mais negros chegamos a dez profissionais, muito pouco comparando com o número que devem conquistar um diploma a cada ano. Hoje, ainda nos surpreendemos quando um negro aparece no vídeo. O negro ainda é a minoria (JULIETA AMARAL, entrevista, 2015).

Aqui a gente ainda tem um padrão, e quando tem negros na TV é para programas ligados a questões negras que eu acho extremamente válido. Eu como jornalista e negra posso falar de qualquer assunto, e eu acho que é isso que falta. (CLARISSA LIMA, entrevista, 2015).

O estereótipo ainda é um fator preponderante na televisão, e isso faz com que o preconceito e a inserção de mais negros sejam reforçados. As respostas são semelhantes e as jornalistas acreditam que os negros ainda são minoria na TV. Ao mesmo tempo, creem que esse

resultado pode mudar com o passar dos anos. Elas acreditam que a inserção dos negros nas universidades pode mostrar para a sociedade que sua capacidade intelectual é a mesma de uma pessoa de pele branca.

Outro questionamento diz respeito aos modos como percebem a atuação da mulher negra na televisão e se há vantagens ou desvantagens. As respostas foram as seguintes:

Eu acho que a vantagem seria essa, a gente está em um momento de que o mercado está percebendo que precisa abrir esse espaço para os negros e para todas as outras etnias. A desvantagem que eu vejo é a questão do estereótipo, eu estava até brincando esses dias que, hoje, eu virei a jornalista negra que trabalha na TV, parece que é meu primeiro nome, sabe. Eu acho que isso tem um lado bom e outro ruim. O lado bom é que quando dizem a jornalista negra Fernanda Carvalho, eu levo todos os negros gaúchos e brasileiros comigo, mas dependendo do contexto limita ainda mais eu que faço o Nação, um programa voltado para a história do negro. Eu acho que, às vezes, as pessoas pensam que tu só sabe falar daquilo dali, e acabam te chamando para falar sobre isso" (FERNANDA CARVALHO, entrevista, 2015).

Olha, hoje eu estou vivendo o meu melhor momento da minha vida. Eu posso te dizer que o fato de ser mulher, negra e trabalhar na televisão reflete muito mais na minha vida pessoal do que na minha vida profissional. Eu sei que vai chegar um momento e essa coisa de mulher negra vai cair por terra, e eu não vejo a hora que isso aconteça, pois já é um discurso antigo, eu não sou apenas uma mulher negra, eu sou uma profissional, e toda vez que se fala em mulher negra tu carrega todo um histórico ideológico (CLARISSA LIMA, entrevista, 2015).

No início minha família ouviu questionamentos como: ela vai ficar pouco tempo, não tem negro na TV, ou só vai entrar porque tá com o microfone da RBS, coisa desse tipo. Sempre respondi a altura. Algumas pessoas até questionam se você tem diploma ou não. Venci todos os obstáculos. Não me preocupei com aquela frase: você tem que fazer melhor que todo mundo porque você é negra. Sempre fiz e faço reportagens checando informações e ouvindo todos os lados, atuando como telespectador tentando adivinhar o que as pessoas

querem saber (JULIETA AMARAL, entrevista, 2015).

Mais uma vez o estereótipo é citado pelas jornalistas. O padrão criado por algumas emissoras faz com que os profissionais se adequem ao que elas exigem. O fato de serem negras é considerado, por muitos, o principal atributo. O desempenho profissional é deixado de lado, e o reconhecimento apenas pela cor da pele é destacado pelas profissionais. Algumas vezes, o espaço é conquistado apenas em programas que trabalham com a questão da negritude, sendo reconhecidas como especialistas de temas afrodescendentes. O que fica claro é a busca das três profissionais em mostrar seu trabalho, e o quanto são qualificadas para estar nos cargos que exercem.

Abordamos, também, a diferença no tratamento da jornalista mulher negra e branca, e se como elas percebem isso dentro das emissoras.

O principal motivo foi o meu cabelo, pois eu sempre usei ele natural. Então, na época eu tive uma dificuldade muito grande de trabalhar. Eles nunca me disseram tu nunca vai trabalhar porque o seu cabelo é assim. Mas me sugeriram que eu alisasse ou cortasse o cabelo, porque para o vídeo ficaria mais padrão. Se eu fosse branca e tivesse o cabelo assim, também iriam me dizer a mesma coisa. Não posso dizer que eles foram racistas, mas é uma característica minha, e eu nunca quis alisar meu cabelo, não é uma questão ideológica, é que eu não me gosto de cabelo liso, e depois acabou virando meio que uma bandeira, sempre teve a questão que eu uso meu cabelo por uma questão política e ideológica, não é uma questão simplesmente estética e de vaidade, eu não tenho nada contra as mulheres negras que alisem o cabelo, eu não aliso porque eu não gosto, e daí eu tive esse pequeno episódio que pode ser considerado mais marcante (CLARISSA LIMA, entrevista, 2015).

Outro aspecto abordado refere-se ao preconceito por parte dos entrevistados e fontes. Enquanto duas afirmam que não sofreram preconceito, Fernanda revela que nunca foi destrutada, mas, algumas vezes, a produtora do programa que ela apresenta, é confundida e tomada como apresentadora. A jornalista também revela que as pessoas se surpreendem quando sabem que

ela é a apresentadora. Desse modo, inferimos o quanto está enraizada a questão do negro como um ser inferior, que não pode desempenhar atividades com visibilidade.

Ao serem questionadas sobre tratamentos diferenciados por parte das empresas que já atuaram, as repostas foram as mesmas, ou seja, nunca foram tratadas com diferença. Duas jornalistas, no entanto, citam que essa distinção é notada fora da emissora onde trabalham, por parte do público. A dificuldade acrescentada por uma delas foi a de conseguir chegar a atuar na televisão.

Em relação às Políticas Públicas, as três entrevistadas acreditam que a cota é um meio essencial para que o negro consiga ocupar mais espaços. As cotas são percebidas como uma forma de conseguir a igualdade, ou se não, chegar perto dela.

Para as entrevistadas a falta de mais profissionais negros no telejornalismo é preocupante, pois ainda são minorias. Elas destacam o genocídio como um fator e, também, a não valorização de sua cultura. Isso faz com que fortaleça o estereótipo que a sociedade coloca sobre o negro.

Acho que a situação não é nada boa! Não tenho dados, mas basta olhar para ver que não está nem perto de refletir os 53% da população brasileira. Além da falta de representatividade, isso acaba fazendo com que nossas demandas não sejam tratadas com a seriedade que merece. Vou te dar dois exemplos: um, que acho gravíssimo, é o genocídio negro não ser tratado com a seriedade que merece. Isso acontece porque, além de questões políticas, claro, dependemos da sensibilidade da maioria branca que está nas redações. E essa maioria branca não tem essa sensibilidade, de uma maneira geral. Outra que me chama muita atenção é quando vemos um crime de racismo ser divulgado, geralmente vemos o rosto da vítima, o negro, estampada. Quase nunca se prioriza o criminoso, como acontece na divulgação de outros crimes (FERNANDA CARVALHO, entrevista, 2015).

Para as entrevistadas, a estratégia de branqueamento acontece sim na televisão. Desde que eram crianças acabavam por negar suas origens, não propositalmente, mas sim, pelo que era apresentado na mídia. Fernanda Carvalho

lembra que, quando criança, queria ser uma das “paquitas” da apresentadora Xuxa, ser loira e ter o cabelo liso. Assim, ela poderia se sentir pertencente ao mesmo grupo que suas amigas de colégio.

De acordo com as profissionais, é comum vermos jornalistas negras (os) apenas falando sobre assuntos relacionados à negritude como, por exemplo, o carnaval e os movimentos sociais. Para elas, os negros devem se tornar protagonistas e exercer a profissão para falar de qualquer assunto.

Para finalizar, perguntamos se elas acreditam num futuro de igualdade entre todas as etnias.

Eu não luto por igualdade, eu luto para que as diferenças sejam respeitadas, a nossa história foi diferente, a gente não chegou no Brasil da mesma forma que todo mundo chegou, a nossa luta é diferente, eu luto para que respeitem as nossas diferenças. Se a gente conseguir isso, é um grande passo que foi dado. (FERNANDA CARVALHO, entrevista, 2015).

Ser negro no Brasil hoje é muito mais um posicionamento político e ideológico e social do que de tom de pele. Se tu fores analisar de um ponto de vista biológico, ninguém é totalmente branco ou negro. E no Brasil, o simples fato de tu não teres a pele clara, já é motivo para tu seres discriminado. Mas o que é ser mestiço no Brasil é aquele negro que teve uma mistura com o branco, mas que é discriminado de qualquer forma. Não é à toa que na época da escravidão tinham o movimento dos mulatos, que não eram nem branco nem negro, mas eram discriminados pelos brancos e negros de qualquer jeito. E se tu fores pesquisar as pessoas menos favorecidas no Brasil são negros e mulatos (CLARISSA LIMA, entrevista, 2015).

Eu acredito que a negação aconteça por partes de alguns, justamente por essa falta de representação negra na televisão. A partir do momento que essa situação mudar, a igualdade entre as etnias pode acontecer (JULIETA AMARAL, entrevista, 2015).

Diante das respostas percebemos que as entrevistadas acreditam, em partes, num futuro igualitário. Para Fernanda, a igualdade entre as etnias está no entendimento de aceitar as diferenças de cada um, as características culturais que definem cada etnia. Já, Julieta Amaral,

acredita que quanto mais representações negras tivermos na televisão, por exemplo, mais a população negra vai se autoconhecer como cidadão, e assim, acabar tendo uma igualdade entre as etnias. Para Clarissa Lima, a discriminação com o negro é um reflexo do que foi construído em relação à imagem do negro. A igualdade, para ela, só vai acontecer quando essa representação da imagem do negro mudar perante a sociedade.

Considerações finais

O número de jornalistas negras não é muito expressivo. Das emissoras pesquisadas, apenas duas apresentam profissionais como repórteres ou apresentadoras. Um número pequeno diante da quantidade de jornalistas brancas vistas nas bancadas de telejornais.

Assim, inferimos que a inserção de jornalistas negras no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul ainda ocorre gradativamente. A partir das entrevistas com Fernanda Carvalho, Clarissa Lima e Julieta Amaral verificamos que, assim como as demais jornalistas negras em destaque na televisão brasileira, muitas dificuldades foram encontradas por elas para conseguirem atuar no mercado de trabalho.

Um aspecto que merece atenção diz respeito ao estereótipo exigido pelas emissoras. O relato de Clarissa Lima sobre pedido feito pela emissora para que alisasse o cabelo, comprova que há sim uma padronização de beleza exigida pela TV. As jornalistas negras podem ser vistas como apresentadoras e repórteres quando há programas temáticos, que abordam temas da cultura e identidade. Repórteres de telejornais são mais raros. As jornalistas também percebem uma falta de reconhecimento de sua profissão. Ambas revelaram o interesse em ser reconhecidas pelo papel que desempenham na profissão de jornalistas, assim como as demais profissionais da área. Há competências para abordar sobre qualquer assunto, não somente sobre carnaval e cultura negra.

Para que as mulheres negras consigam ocupar cada vez mais espaço na televisão, e assim se tornar visível, as jornalistas acrescentam que é necessária a inserção em todas as áreas do telejornalismo, buscar por mais espaços, e mostrar que possuem as mesmas qualificações das demais jornalistas com etnias diferentes das suas.

No Rio Grande do Sul, a falta de profissionais também pode ser justificada pelo fato do estado ter sido colonizado por descendentes europeus. O negro no estado soma 11%, segundo dados do IBGE. Para as jornalistas, esse fator não é determinante. Segundo Clarissa, além da porcentagem de negros no estado ser menor que a de brancos, ela afirma que não pode ser um fator que justifique a ausência no telejornalismo gaúcho, já que não podemos saber quantos cursaram jornalismo ou querem cursar, e quem vai seguir carreira de repórter televisivo. Para ela, esse número não pode ser levado em conta, mas sim fatores como as oportunidades que as emissoras proporcionam para os negros.

Sabemos que já ocorreram muitos avanços, mas ainda é preciso que mais profissionais sejam vistas em destaque, atuando em diferentes cargos, e não sendo estereotipada como “a jornalista negra”, mas sim, como a profissional que teve a mesma formação dos demais jornalistas e que tem a mesma capacidade intelectual dos outros colegas de profissão.

Diante disso, consideramos que o espaço dado a elas é baixo, e para mudar essa situação, a iniciativa principal deve partir das próprias jornalistas que necessitam buscar por mais espaços, e, principalmente, mostrar que a qualidade profissional não depende da cor de pele, mas sim, do interesse no aprendizado.

Referências

- ALEXANDRINO, Viviane. **A mulher no jornalismo esportivo**: análise da participação feminina no telejornalismo brasileiro. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Cristo Rei, Cornélio Procópio, Paraná, 2011.
- ARAÚJO, Joel. **A negação do Brasil**. O negro na telenovela brasileira. 2ª edição. Senac: São Paulo, 2004.
- BARBOSA, Wilson. **Cultura Negra e dominação**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.
- BASTHI, Angélica. **Guia para jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia**. Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio), 2011. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/guia_jornalistas.pdf. Acesso em: 30 de mai. 2015.
- CASADEI, Eliza. **A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa**: primeiras experiências do final do século XIX. In: Revista Altegor, v. 3, n. 1, jan-jun. 2011.
- DIAS, Francine. **A Representação da Mulher Negra como Âncora no Telejornalismo do Rio Grande do Sul**: RBS TV. 79f... Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS, 2014.
- DINIZ, Maria Lúcia. **Estereótipo na mídia**: doxa ou ruptura. 3º Jornada multidisciplinar O Futuro: continuidade/ruptura. UNESP/Bauru, 2000. Disponível em: http://www4.faac.unesp.br/posgraduacao/comunicacao/textos/MDiniz_T001.pdf. Acesso em: 31 de mai. 2015.
- DUARTE, Jorge. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LOURENÇO, Mikelane Everllyn. **Representação Social do Negro na Telenovela “Da Cor do Pecado”**. 57f... Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Ensino Superior do Ceará, Fortaleza – CE, 2013.
- ORMANEZE, Fabiano. **Pioneiras, mas não feministas**. A trajetória das primeiras mulheres na imprensa campeira. In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/pioneiras-mas-nao-feministas-a-trajetoria-das-primeiras-mulheres-na-imprensa-campineira>. Acesso em: 15 de mar.2015.
- RAMOS, Helena Regina de Paiva. **Mulheres Jornalistas: a grande invasão**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Fundação Cásper Líbero, 2010.
- RIBEIRO, Glaucy Meyre de Oliveira. **Democracia racial e telejornalismo**: O negro no mercado de trabalho audiovisual. Juiz de Fora: UFJF; Facom, 1. sem. 2004. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/GLAUCYMEYREDEOLIVEIRARIBEIRO.pdf>Acesso em: 12 de mai. 2015.
- SILVA, Antonio Carlos Arruda. **Questões legais e racismo na história do Brasil**. São Paulo: Edusp/ Educação Ciência, 1996.
- WINCH, Rafael; ESCOBAR, Giane. **Os lugares da mulher negra na publicidade brasileira**. In: Cadernos de Comunicação, v.16, n.2, Jul-dez. 2012.